



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

FLAVIA LORAYNE SANTOS
LUANNA KELLEN COSTA SILVA DE CASTRO

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM PALMAS - TO.**

PALMAS - TO
2017

FLAVIA LORAYNE SANTOS
LUANNA KELLEN COSTA SILVA DE CASTRO

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM PALMAS - TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Coordenação do
Curso de Tecnologia em Gestão
Pública do Instituto Federal do
Tocantins – *Campus* Palmas, como
exigência à obtenção do grau de
Tecnologia em Gestão Pública.

Orientadora: Esp, Carine de Oliveira
Co-orientadora: Rafaela Tavares
Santos

PALMAS – TO
2017

Santos, Flavia Lorayne; Castro, Luanna Kellen Costa Silva.
Caracterização das famílias beneficiadas com Programa
Bolsa Família em Palmas - TO. / Flavia Lorayne Santos; Luanna
Kellen Costa Silva de Castro. – Palmas, 2017. 43 f.

Monografia (Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins –
Campus Palmas, 2017.

Orientadora: Prof.^a Carine de Oliveira
Co-orientadora: Rafaela Tavares Santos

1. Políticas Públicas. 2. Programa Bolsa Família. 3. Palmas -
TO. I. Título.

FLAVIA LORAYNE SANTOS
LUANNA KELLEN COSTA SILVA DE CASTRO

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA EM PALMAS - TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Curso de Tecnologia em Gestão
Pública do Instituto Federal do
Tocantins – *Campus* Palmas,
como exigência à obtenção do
grau em Tecnologia em Gestão
Pública.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Carine de Oliveira (Orientadora) - Especialista
IFTO – *Campus* Palmas

Rafaela Tavares Santos (Co-orientadora)
IFTO – *Campus* Palmas

Gislene Magali Silva
IFTO – *Campus* Palmas

Ana Carolina Falcão
IFTO – *Campus* Palmas

Às nossas famílias: nossos pais,
nossos irmãos, familiares,
amigos e colegas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos dar força e coragem para prosseguir em mais uma etapa das nossas vidas, com empenho acadêmico e profissional.

Agradecemos de forma especial aos nossos familiares, pais e irmãos, por não medirem esforços para que pudéssemos levar nossos estudos adiante, sempre nos apoiando de forma incondicional.

Ao IFTO – *Campus* Palmas e todos professores que tivemos o prazer de conhecer ao longo do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, agradecemos por todo o excelente ensino prestado.

À nossa orientadora, Carine, nosso agradecimento especial pela orientação, apoio, por acreditar no nosso trabalho e em nós. À co-orientadora Rafaela, pelos encontros e e-mails, foi essencial para a realização deste trabalho, obrigada pela atenção e por todo incentivo.

Aos colegas do curso de Tecnologia em Gestão Pública. Aos nossos amigos pelos momentos de convívio, apoio e incentivo. A todos que, de alguma forma, nos ajudaram a vencer este desafio.

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Souza, 2006.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi de caracterizar o perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Palmas/TO. Para seu cumprimento, percorreu pelo campo teórico e dos critérios brasileiros para compreender a história do Programa Bolsa Família (PBF) e seu funcionamento. A pesquisa foi realizada na cidade Palmas/TO, sendo subsidiada com os relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social. Para a construção deste estudo foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, para avaliar o desenvolvimento do PBF e coletar os dados necessário. Nesta pesquisa, trabalha-se com análise documental. Os achados do estudo fazem menção ao número de famílias participantes do PBF, e às dificuldades de atualização de cadastro das famílias palmenses. A pesquisa permitiu concluir, que o município de Palmas está se desenvolvendo bem dentro do Programa.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Palmas – TO.

ABSTRACT

The objective of this research was to characterize the profile of the beneficiaries of the Bolsa Família Program in the municipality of Palmas / TO. For its fulfillment, it covered the theoretical field and the Brazilian criteria to understand the history of the Bolsa Família Program (PBF) and its operation. The research was carried out in the city Palmas / TO, being subsidized with the reports of the Ministry of Social Development. For the construction of this study, a qualitative research was carried out to evaluate the development of the PBF and collect the necessary data. In this research, we work with documentary analysis. The findings of the study mention the number of families participating in the PBF, and the difficulties of updating the records of the families of Palm. The research concluded that the municipality of Palmas is developing well within the Program.

Keywords: *Public Policies. Family Grant Program. Palmas - TO.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
2.1 Políticas sociais no Brasil	14
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	18
3.1 Os requisitos para acesso ao benefício	21
3.2 Condicionalidades	23
4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	25
4.1 Planejamento das finanças familiar	26
5 PERCURSO METODOLÓGICO	29
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
6.1 RI Bolsa Família e Cadastro Único Palmas/TO	31
6.2 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Aspectos gerais	34
6.3 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Condicionalidades ..	36
6.4 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Gestão de cadastros	37
6.5 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Índice Gestão Descentralizada.....	38
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS.....	42
Anexo I – Ofício.....	43

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) consiste em promover a proteção social às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, em situação de vulnerabilidade. O PBF, atualmente é considerado o maior programa de Transferência de Renda do Brasil. Soares *et al* (2007) apresentam dados que incluem esse programa como um dos maiores em transferência de renda do mundo, aproximadamente já tem-se mais de 14 milhões de famílias inscritas no programa.

De acordo com Cartilha Bolsa Família de Alagoas (2010) o programa é desenvolvido por meio da transferência de renda às famílias que se encontram na linha de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, diante de algumas condicionalidades impostas pela gestão do Programa Bolsa Família, a fim de selecionar os indivíduos beneficiários. Assim como outros programas sociais, o PBF utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais (Cadunico) para selecionar os seus beneficiários, para isso, é necessário que a família atenda os critérios de seleção do programa.

É uma parceria do Governo Federal com o Governo Municipal, em que a prefeitura é responsável pelo cadastramento de todas as famílias do seu município.

Quanto ao uso do benefício financeiro o Ministério do Desenvolvimento Social não impõe aos indivíduos a maneira como este recurso deve ser utilizado, ficando assim a decisão de como gastar o dinheiro a cargo de cada família. Na preferência, a mulher é a responsável pelo recebimento do benefício que é feito por meio de cartão magnético, emitido em nome do responsável legal da família.

De acordo com manual de gestão do PBF (2015) o Programa é uma das mais importantes ações atualmente criadas, para proteger as famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social.

Considerando todas mudanças socioeconômica advindas com fortalecimento do programa, conforme Weissheimer:

[...] promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias em estado de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, desenvolver ou mesmo criar uma dignidade capaz de levar que possa ser chamado de cidade. Esse é o caminho para saída do bolsa família (WEISSHEIMER, 2006, p. 39).

A ouvidoria da Petrobrás (2007) enfatiza que as mudanças sociais que o programa vem provocando, especialmente no âmbito familiar é uma questão de suma importância.

É por meio dos Programas de Transferência de Renda que o Estado procura acabar com a pobreza extrema, proporcionando auxílio as famílias para que possam se sustentar até conseguirem sua estabilidade financeira, ou seja, sua autonomia (CARTILHA PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-BOLSA FAMÍLIA, 2015).

O Bolsa Família vem apresentando resultados relevantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional. Superando ações descontinuadas e parciais, como a distribuição de cestas básicas, o programa integrou-se ao esforço de construção de uma política de segurança alimentar e nutricional, tendo proporcionado melhora efetiva no acesso dos segmentos mais vulneráveis aos alimentos (CARTILHA BOLSA FAMÍLIA, 2013, p. 18).

É o maior e mais ousado programa social da história do Brasil. O Programa Bolsa Família nasce para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família (PORTELA, 2006).

A relevância desta pesquisa inicialmente está estruturada na magnitude desta política pública, que desenvolve-se no Brasil. Logo, para a comunidade acadêmica a pesquisa nesta área contribui para o cenário atual e ainda para futuras pesquisas acadêmicas.

Para comunidade que é beneficiada pelo benefício do PBF é essencial receber todas as informações a respeito do programa, o que poderá também ser proporcionado por esta pesquisa.

Segundo Souza (2006) as políticas públicas têm repercussão sobre aéreas como sociedade, economia, comunidade científica, logo justifica-se o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas em realizar trabalhos voltados a temática.

Este estudo tem a finalidade de abordar como se encontra a cidade de Palmas frente a média nacional do PBF, o campo de estudo deste trabalho foram todas as famílias beneficiárias do PBF da cidade de Palmas - TO.

Foi realizado inicialmente, por meio de um levantamento bibliográfico, que teve o Programa Bolsa Família como objeto, um estudo para identificar seu contexto histórico e conceitual.

Em momento posterior foi feita uma pesquisa documental em relatórios do Programa Bolsa Família, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social referente ao período de agosto de 2016 a julho de 2017.

Ao final do trabalho será possível identificar como o município de Palmas, no estado do Tocantins, tem sido beneficiada pelo Programa. Em um segundo momento foi buscado identificar o interesse dos beneficiários. É possível visualizar ainda pontos que podem ser melhores, constituindo-se em um *feedback* do modo de atuação dos gestores municipais e do PBF na cidade.

O resultado deste estudo pretende demonstrar como o PBF está funcionando na cidade de Palmas, despertar os beneficiários a buscar e manter seus benefícios, além de garantir o direito estarem informados sobre o programa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações tomadas pelo governo, seja ela de participação direta ou indireta, pública ou privada que visam assegurar o direito à cidadania a diversos grupos ou segmento social, cultural, ético ou econômico (ANDRADE, 2016).

Entretanto, para Boneti, política pública:

É o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI, 2007 p. 74).

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado” (EVANS, RUESCHMEYER & SKOCPOL, 1985), o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas.

As políticas públicas, nesta ocasião, são entendidas como sendo as de responsabilidade do Estado – com a prática e sustentação de um procedimento no que diz respeito à tomada de decisões que abrange órgãos públicos e inúmeros organismos e influentes da sociedade pertinentes à política praticada. Contudo, Gobert, Muller (1987) define políticas públicas como, “Estado em ação”, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Diante das complexidades relacionadas ao contexto, faz-se necessário ressaltar que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Esta extensa subdivisão procura trazer ao leitor a bibliografia produzida pelos principais criadores anteriormente mencionados.

Para que seja entendido e como funciona, não existe uma extraordinária, única e nem mais perfeita, definição sobre política pública, deste modo, destaca-se, porém, a definição atual de Hofling (2001, p. 30), a qual se refere às políticas públicas como “[...] formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações

sociais de determinada formação social”. Se políticas públicas são o “Estado em ação”, “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

A definição de Hofling (2001, p. 30) será a adotada nesta pesquisa, que dispõe que “[...] políticas públicas são o ‘Estado em ação’ [...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

No entanto, Lindblom (1959) propôs a incorporação de diversas variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais quanto as semelhanças de poder e a integração entre as mais distintas etapas do processo decisório necessariamente não teria um princípio ou fim. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, sendo uma relação em meio a formulação, resultados e o ambiente.

Mead (1995) define políticas públicas como um campo dentro da política que analisa o governo para grandes questões públicas.

Rodrigues (2011) debate que para as políticas públicas transformarem uma sociedade é preciso: atores políticos com competência para diagnosticar e avaliar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de ajustar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo.

A área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006, p. 20-45).

Por sua vez, Souza (2006), discorre que se pode resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Todavia, política pública vai deparar com diversas formas de ajuda e de rejeição e que debates em torno de sua decisão ocorrem por tabladados distintos. Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu talvez a mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política.

No que diz respeito aos diversos significados da expressão “política pública”, Villanueva (1992. p. 8) afirma, inspirando-se em Subirats e em Hogwood e Gunn, que:

Política pode denotar várias coisas: um campo de atividade governamental, um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental, o impacto real da atividade governamental, o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental.

Para vários estudiosos e pesquisadores da área de políticas públicas a atenção é chamada para o fato de como tais políticas precisam ser construídas hoje, com a participação social.

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas (LAMBERTUCCI, 2009, p. 74).

Ressalta-se que, jogar o jogo da política democrática, ética e da justiça social é o desafio que os gestores de políticas públicas têm de enfrentar para planejar, administrar e extrair recursos e formatar políticas redistributivas que busquem promover sociedades mais iguais e livres, num contexto mundial de profundas mudanças econômicas, demográficas e ideológicas (RODRIGUES, 2011, p. 78).

Portanto, segundo o portal MDA, uma política pública na maioria das vezes envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente escolhidas para implementar as decisões tomadas. E é assim porque de fato o que há não é um processo definido, mas sim uma transformação contínua em movimento de interação entre uma política e outra, em mudança, uma estrutura de relações de ampla complexidade, e também, dotadas de uma dinâmica cada vez mais acelerada, pois o campo de política pública vive e passa por grandes avanços e variações.

2.1 Políticas sociais no Brasil

Para Marshall (1967) é necessário entender o desenvolvimento das políticas sociais, e entender o desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais, logo o conceito de cidadania. O conceito de cidadania como a identidade qualitativa

entre os indivíduos de uma sociedade, como a participação integral na comunidade. A cidadania seria, em resumo, o direito de ter direitos.

A Política social no Brasil apresenta indicadores que traduzem uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais. A espécie de amparo social tem sido elemento circular nas discussões sobre políticas sociais (COHN,1995).

As Políticas de satisfação das necessidades sociais no Brasil, segundo Potyara (2002, p. 125) tiveram suas trajetórias influenciadas em políticas econômicas internacionais. Diferente, pois, das políticas sociais dos países Capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções.

Desde 1930 o Brasil passou por um processo de desenvolvimento econômico, atualização social e conhecimento de política, períodos autoritários e de crises econômicas. O crescimento da econômica e as mudanças da conduta demográfica, assim como a enriquecimento das condições de vida das pessoas e o aumento da participação do âmbito público na prestação de serviços sociais evidenciaram a importância de se estudar a dinâmica das políticas sociais no Brasil (ESPING-ANDERSEN,1991).

Evaldo Vieira (1997, p. 68), observa que esta percorre três períodos: o primeiro, que denomina “controle da política” e vai da era Vargas ao início dos anos 60; o segundo, que denomina de “política do controle” e abrange 1964-1988. O terceiro período é o que inicia-se com a aprovação da Constituição em 1988, no qual os avanços conquistados no campo da definição legal de direitos sociais ainda estão por serem efetivados.

Conforme, Galper (1986), a política social em entendimento liberal gera a ideia de intervenção coletiva ou estatal no mercado privado para promover o bem-estar individual e social, tem provisão e oferta de serviços sociais, preventivo ou redistributivo. Para a compreensão lógica, as políticas sociais são estratégias governamentais de intervenção nas relações sociais, na manutenção da desigualdade social; estratégias de controle da força de trabalho; regulamentação de direitos sociais passíveis de absorção pelo capitalista.

Galper (1986) entende-se que as políticas sociais aparecem como projetos e programas variados, implementados por criações, objetivando minimizar as desigualdades sociais e a pobreza decorrentes do modo de produção, com estímulo do poder aquisitivo através de benefícios monetários.

A política social é uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Por força de trabalho entende-se que todos os indivíduos que só têm a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independentemente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho (MACHADO & KYOSEN, 2000).

Conforme art. 16, da Portaria GM/MDS nº 321/2009: Art. 16. Ao Gestor Municipal do PBF, no que refere à Gestão de condicionalidades e considerando o acordado nos termos de adesão específicos assinados pelos municípios, caberá:

I - Atuar em cooperação com os responsáveis pelo registro do acompanhamento das condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social, para garantir a coleta das informações de acordo com os calendários definidos;

II - Realizar as ações de Gestão de benefícios, em decorrência do provimento do recurso administrativo de que trata o art. 11 desta Portaria;

III - notificar formalmente o responsável pela Unidade Familiar, quando necessário, nos casos de descumprimento de condicionalidades, sem prejuízo de outras formas de notificação; 30 Caderno do IGD-M

IV - Analisar as informações sobre não cumprimento de condicionalidades e encaminhar as famílias beneficiárias do PBF, em situação de descumprimento, às áreas responsáveis pelo acompanhamento familiar e oferta dos serviços sócio assistenciais;

V - Elaborar planejamento anual intersetorial do município, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e educação, para o desenvolvimento das ações de Gestão de condicionalidades do PBF e de acompanhamento familiar.

O Brasil possui 10,2 mil CREAS e CRAS (BRASIL, 2014), este último é o órgão municipal totalmente responsável pelo o acompanhamento do Programa Família de cada município, para a plena implementação do PBF e do Cadastro Único do município, e também o planejamento, implementação e avaliação de ações voltadas à ampliação do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços públicos, em especial aos de Saúde, de Educação e de Acompanhamento Familiares realizados pela Assistência Social ele que fornece, disponibiliza todas as informações necessárias para o preenchimento banco de dados dos beneficiários para o MDS,

órgão Federal responsável do Programa Bolsa Família, onde o mesmo sem mudança na família, o cadastro deve ser atualizado a cada dois anos, obrigatoriamente.

Conforme Madeira (2014) nos últimos 20 anos, o Brasil experimentou um processo crescente de oferta de políticas sociais. O avanço de cobertura de serviços de saúde, educação e, mais atualmente, de assistência social cooperou para a melhoria das condições de vida da população.

Seguindo com o raciocínio sobre as políticas públicas dessa vertente crescente, Madeira (2014) diz que a partir da segunda metade da década de 2000, a política de assistência social cresceu e continua crescendo, no entanto passa a reforçar o conjunto de medidas de sentido redistributivo e de combate às desigualdades que são inseridos em nosso país. A criação de empregos em atividades que demandavam menor qualificação, associada à apreciação do salário mínimo, produz um ambiente mais favorável de inserção dos trabalhadores mais pobres. No campo, surge o Programa de Aquisição de Alimentos, que favorece a agricultura familiar.

Surge também o Programa Bolsa Família, que unifica, amplia a cobertura e racionaliza os cinco benefícios de assistência social existentes. O Benefício de Prestação Continuada, que já protegia idosos e portadores de deficiência pobres, é beneficiado pelo aumento do salário mínimo. Ocorre ainda o aumento do crédito estudantil para acesso ao ensino superior, aliado ao sistema de cotas para as universidades federais (depois seguido pelas estaduais). Isto são alguns dos conceitos que se tratam e relacionam políticas sociais no Brasil.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os frutos do processo de transferência de renda surgem no século XVIII na Inglaterra e vêm se renovando ao longo dos anos com novos ideais na perspectiva de assegurar a sobrevivência daqueles que se deparam em situações de extrema inferioridade social.

No Brasil, os Programas de Transferência de Renda iniciam a sua trajetória em 1991 com a sugestão do Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM), o qual se transformou na Renda Básica de Cidadania. Atualmente O Programa Bolsa Família pode ser considerado a expressão atual do processo de desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil (Silva, Yazbek e Giovanni, 2006, p. 34).

A fim de tentar sistematizar o desenvolvimento histórico, Silva (2007) pressupõe-se cinco momentos decisivos na trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil. Tendo o ano de 1991 como o primeiro momento desse processo, com o debate de articulação da garantia de uma renda mínima familiar, que inclui a educação, associando uma política compensatória (transferência monetária) com uma política estruturante (educação), início do seu segundo momento.

O ano de 1995 marcou o terceiro momento desse processo, com o início da implementação de programas nas experiências municipais em Campinas, em Ribeirão Preto e em Santos (São Paulo) e no Distrito Federal. Em 1996 são iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do governo federal, com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Já o quarto momento inicia-se em 2001, em que há expansão dos programas de iniciativa do governo federal em desenvolvimento e a criação de novos, com destaque ao Programa Bolsa Escola e ao Programa Bolsa Alimentação. Esses programas foram implementados de modo descentralizado e alcançaram a maioria dos 5.561 municípios brasileiros.

Desse modo, foi o ano de 2003 que marcou definitivamente o início de um quinto momento na história do desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, em outubro do mesmo ano o programa de transferência de renda, tais como: o Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação, foram relançados sob a denominação de Bolsa Família (BF), com novas

regras, condicionalidades, o intuito de centralizar os inúmeros programas de distribuição de renda existentes. É fruto da unificação dos programas de transferência de renda do governo federal, ou seja, Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome).

Segundo o Poder Executivo (MPOG, 2003), com inúmeros programas assistenciais de transferência de renda implicavam múltiplos cadastros cujas informações não eram compartilhadas, duplicidades de pagamentos, dificuldade de acompanhamento das pessoas ou famílias beneficiárias, duplicação de esforços, não se tinha tanta transparência como um todo sobre todos os programas em vigor.

A unificação de tais programas, segundo a lei que criou o PBF, que visa "melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do Governo Federal com estados e municípios" (BRASIL, 2006).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, implementado em outubro de 2003, pela Medida Provisória no 132/2003 8, logo transformada em lei — Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (Brasil, 2009), como programa de transferência de renda, que faz parte da estratégia de combate à pobreza do Fome Zero, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado a fim de unificar os procedimentos de gestão e de execução destes programas federais anteriores por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, foi criado o Programa Bolsa Família.

Conforme o site do MDS (2013) é um programa de transferência de renda criado com o objetivo principal de melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. Atualmente o Bolsa Família já atende aproximadamente mais de 14 milhões de famílias em todo território nacional sendo que os valores variam de acordo com a particularidade de cada família. Todos os beneficiários do programa Bolsa Família estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. O Cadastro Único reúne informações sobre as famílias de baixa renda aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, sobre cada um de seus integrantes e sobre as condições dos domicílios onde moram.

As pessoas alvo do programa são compostas por famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza. Com este pressuposto as condicionalidades têm como

responsáveis o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que supervisiona o cumprimento das mesmas propostas pelo Programa Bolsa Família o mesmo define, como sendo as famílias extremamente pobres são aquelas cuja têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa enquanto, as famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. As famílias com essas condições que acima se enquadram participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Ao ingressarem no programa, as famílias assumem responsabilidades e compromissos relacionados à Educação e à Saúde.

A Cartilha do MDS (2013) segue destacando que o programa tem como principal objetivo, contribuir para a superação da pobreza, em três esferas de atuação dentre essas premissas são elas:

- Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza;
- Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza;
- Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Contudo, o Programa Bolsa Família trabalha com os seguintes tipos de benefícios definidos em: variável Básico, concedido apenas àquelas famílias consideradas em situação de extrema pobreza.

As famílias recebem o Benefício Básico mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens em sua composição, será recebido por igual ou inferior ao valor de R\$ 77,00 pagos a cada família varia de acordo com a renda familiar mensal por pessoa.

Benefício Variável, concedido àquelas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis, por igual ou inferior a R\$ 35,00 pago a cada família de acordo com a renda familiar mensal por pessoa;

Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber

até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente, sendo por igual ou inferior a R\$ 42,00 pago a cada família de acordo com a renda familiar mensal por pessoa.

Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP), concedido às famílias que se mantenham com renda familiar por pessoa igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo depois de receber o valor dos benefícios PBF a que têm direito (Básico, Variáveis e/ou BVJs).

Para calcular o BSP, deve-se somar a renda familiar inicial, registrada no Cadastro Único, e o benefício PBF. Se o resultado for menor do que R\$ 77,00 por pessoa, então a esse valor será acrescida a quantia necessária para ultrapassar esse limite.

A relação desses benefícios faz com que cada família receba um valor diferente das demais especificidades tendo em vista a particularidade de cada caso, a partir da renda mensal por pessoa e de sua realidade família, visando, quantidade de membros, gestantes, nutrízes, idade das crianças e dos jovens. A concessão dos benefícios é feita com base nas informações do Cadastro Único como ilustra a imagem a seguir.

Outro ponto que merece ser destacado é acerca da integração do PBF com outros programas complementares, como ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de melhoria do acesso à moradia, entre outras.

Essas ações propõem mudar a vida das famílias para melhor. Consequentemente muitas delas, até, podem construir as condições para o próprio sustento e deixar o Programa. Proporcionando assim, a igualdade social com direito a dignidade humana sem distinções de qualquer natureza. O Programa Bolsa Família insere-se neste contexto ao promover os chamados Programas Complementares, assim definidos pelo MDS (BRASIL, 2009, p. 4):

Os Programas Complementares ao Programa Bolsa Família são definidos como ações direcionadas às famílias beneficiárias do Programa e àquelas inscritas no CadÚnico que tenham como objetivo o desenvolvimento de capacidades e a oferta de oportunidades para auxiliar na superação da situação de vulnerabilidade social existente nos municípios. Promovendo um salto qualitativo que conduza as famílias de uma situação de redução da pobreza, para outra de superação sustentada de qualquer forma de vulnerabilidade.

3.1 Os requisitos para acesso ao benefício

A página inicial do site da Caixa informa que os pré-requisitos necessários para se candidatar ao programa, faz-se necessário, inicialmente que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de 2 anos. Informando à prefeitura qualquer mudança, como de endereço e telefone de contato e modificações na constituição de sua família, como nascimento, morte, casamento, separação, adoção, etc.

O cadastramento é um pré-requisito, mas não implica na entrada imediata das famílias no programa, nem no recebimento do benefício. Mensalmente, o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. Para saber se foi incluído no programa, basta consulte o responsável pelo programa na prefeitura de sua cidade ou consulte no site da caixa a lista de famílias beneficiárias.

Famílias que atendem aos critérios de renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa e renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa, que possuam em sua composição gestantes nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes com idade entre zero e 16 anos incompletos; renda mensal de zero a R\$ 170,00 por pessoa, que possuam em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos; Além disso, as famílias que atendem aos critérios do Programa Bolsa Família e estão inscritas em outros programas federais também têm direito ao benefício do PBF.

O MDS, destina-se as famílias que se encaixa em uma das faixas de rendas definidas pelo o programa, deve buscar o setor responsável pelo Bolsa Família cada município. É necessário a apresentação de documento de identificação para fazer o do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Ressalta-se que o Bolsa Família vem ampliando seu público alvo, atualmente incluindo o atendimento as famílias sem filhos, como o caso dos quilombolas, famílias indígenas e moradores de rua. As demais famílias têm liberdade na aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer no programa enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade.

O cadastramento é um pré-requisito, mas não implica na entrada imediata das famílias no programa, nem no recebimento do benefício. Mensalmente, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício.

3.2 Condicionalidades

O PBF exige das famílias beneficiárias, que se engajem em atividades que visem o aproveitamento deles mesmos e de seus respectivos familiares, impõem algumas condicionalidades previstas pela Portaria GM/MDS nº 551/05, que regulamenta a gestão das condicionalidades, para que as famílias possam receber o benefício financeiro de transferência de renda Bolsa Família, exige-se o cumprimento de determinados compromissos por parte das mesmas. Estes compromissos são firmados nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.

É importante frisar que o programa tem como foco de atendimento a família, assim sendo todas as crianças e adolescentes das famílias beneficiárias na faixa etária de 0 a 15 anos, até mesmo aquelas para as quais não ocorre o pagamento da parcela variável do benefício devem cumprir as condicionalidades e ser acompanhadas.

Ainda de acordo com o site do MDS (2013) a família tem o papel essencial de assegurar o cumprimento das condicionalidades, entretanto cabe ao Estado também cumprir com suas obrigações e deveres em: promover serviços para a população nas áreas da saúde e educação.

No que tange a condicionalidade da Saúde as famílias beneficiadas assumem outro compromisso de manter em dia o cartão vacinação e acompanhar o crescimento de crianças menores de sete anos. E as mulheres com idade entre 14 a 44 anos precisam realizar o acompanhamento por um médico relacionado à saúde da mulher e as gestantes ou nutrizes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê, os cumprimentos destas obrigações é comprovado por meio da área da Saúde e Assistência Social, cada uma controlando e supervisionando o cumprimento das mesmas, junto às famílias beneficiárias.

A área da educação está condicionada ao requisito de que as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos que devem estar matriculados e com frequência escolar mínima mensal de 85% da carga horária sendo esta, uma das condicionalidades política da educação para manter-se PBF. Por conseguinte, adolescentes entre 16 e 17 anos devem ter no mínimo uma frequência de 75% da carga horária. O Ministério da Educação – MEC é responsável por registrar on-line, as frequências escolares dos beneficiários do PBF.

Por sua vez, na política de assistência social crianças e adolescentes com até 15 anos retirados do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI ou em uma situação de risco devem participar dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV e obter frequência de no mínimo 85% da carga horária mensal. Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais (2009) o SCFV é organizado em grupos, objetivando garantir aquisições progressivas aos usuários, contribuindo desta forma para assegurar a complementação do trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social.

Em muitos casos, as condicionalidades de saúde e educação apenas reforçam algo a que os pais já são obrigados legal ou socialmente a fazer por suas crianças: enviá-las à escola, vaciná-las e cuidar de sua saúde. Dessa maneira, não parece haver nenhuma novidade ou mesmo "intrusividade" nas condicionalidades o que não significa que não possa haver excessos na forma de sua imposição. Obrigatoriamente essas famílias são amparadas e acompanhadas pelo o Centro de Referência da Assistência Social- CRAS de cada município.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005) enfatiza que educação financeira é o método no qual os indivíduos e as sociedades aperfeiçoam e compreendem os conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidas e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar auxílio e seguir outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Para Peretti (2007) todas as pessoas almejam aproveitar da melhor forma suas vidas. Com isso temos que pensar num plano para o futuro e quanto antes começarmos a planejar este futuro, maiores são as chances de proveito. Para construir essa situação financeira sólida é importância, operar com determinação para possuir um excelente plano de atuação, controle de gastos e o estabelecimento de metas a curto e longo prazo.

Muitas pessoas passam dificuldades, se quebram, não conseguem ter uma melhor qualidade de vida, porque desconhecem totalmente o assunto. A ignorância financeira com a preguiça leva o ser humano à pobreza. A falta de capacidade de administrar seus próprios recursos é o resultado do analfabetismo financeiro (PERETTI, 2007, p. 15-16).

Para Peretti (2007) o objetivo da educação financeira é alcançar o amadurecimento financeiro. Para isso, é necessário aprender a adiar as vontades, o ser humano tem em sua própria natureza e procura satisfazer suas necessidades imediata. A educação financeira proporciona ferramentas para dominar o imediatismo e se doutrinada desde os primeiros anos de vida contribui na formação do caráter e na maturidade para bons resultados futuros.

Clason (2005) descreve que é de suma importância entender o porquê de guardar uma parte do que se ganha.

Qual pode ser o maior anseio de vocês? A satisfação dos desejos de cada dia, uma joia, um adorno, melhores roupas, mais comida? Coisas que rapidamente se vão e são esquecidas? Ou, pelo contrário, sonhariam com bens mais estáveis – ouro, terras, rebanhos, mercadorias -, investimentos que trazem lucros? As moedas que vocês usam no dia a dia concedem aqueles primeiros desejos. As que vocês guardam os segundos (CLASON, 2005, p. 18).

As pessoas possuem uma competência interna para conseguir conquistar e sustentar um grande montante de dinheiro para encarar os desafios que a riqueza e o sucesso colocam na vida, afirma Eker (2006). Esta competência é

responsabilidade da educação financeira. Quando possui os conhecimentos, o medo transforma-se em garantia e as ações financeiras deixam de parecer monstruosidades assustadoras.

Seabra (2013, em única página) diz que “se você tiver mais dívidas do que consegue pagar, procure ajuda antes que essas dívidas façam com que você fique em situações não muito confortáveis. Há inúmeras informações pela internet e em livros que são de grande auxílio”.

Neste mesmo sentido, Halfeld (2001) garante que deve-se gastar menos do que se ganha. Caso você não esteja atingindo este objetivo, é necessária atenção imediata. Inicie anotando tudo o que gasta num caderno, durante o período de três meses. Após etapa concluída, analise criteriosamente e elimine as despesas desnecessárias, focando em aumentar a qualidade de vida se sua família, utilizando os recursos cabíveis para educação e saúde, acrescenta.

Quando se traz sentimentos ruins ao longo da vida, o mais natural é que se faça o possível para se libertar deste fardo. Com o dinheiro não é diferente. Se ele é motivo de aborrecimento e frustrações, nada mais natural que o subconsciente trabalhe em busca do reestabelecimento da paz, ou seja, se o dinheiro estiver relacionado a coisas ruins, é natural que inconscientemente se encontre uma maneira de acabar com ele. Hill (2009) coloca que não importa o quanto se ganhe, sempre se voltará à estaca zero.

Heker (2009) contextualizando que a independência financeira depende do despertar para uma nova realidade econômica. Não há na natureza qualquer organização capaz de prosperar sem que para isso encontre solo fértil que forneça subsídios para o seu desenvolvimento. É este o segredo da prosperidade financeira – e para diversa forma de prosperidade – estar preparado para que as oportunidades encontrem solo fértil para ganharem forma e crescerem sempre que surgirem.

4.1 Planejamento das finanças familiar

Um bom orçamento familiar é o primeiro passo no processo da educação financeira. Possibilita tirar proveito do momento econômico e político, gerar a satisfação pessoal, promover equilíbrio e controle, enfim, ajuda a assumir um projeto de vida (SEBRAE, 2016).

Martins (2004) informa que para melhorar a gestão das finanças pessoais da família é necessário organizar os papéis, ter o hábito de anotar tudo. Não basta ter objetivos simplesmente, é necessário desenvolver metas – que é o objetivo quantificado. Não se deve descuidar da importância do controle financeiro familiar. As consequências são inúmeras vezes desastrosas e na maioria dos casos acarretam períodos de dificuldades.

O orçamento doméstico costuma ser desconhecido ou ignorado. Resultado: em muitas famílias, as despesas fogem do controle e é muito comum faltar dinheiro antes do mês acabar. Aí a coisa fica feia: sobrando mês e faltando dinheiro. [...] recomenda-se, nesses casos, um esforço para se fazer um orçamento. [...] fala-se em esforço, pois as dificuldades são muitas e é preciso uma grande força de vontade e o envolvimento consciente de todas as pessoas da casa (EWALD, 2004, p. 12).

Os filhos devem estar por dentro de todo planejamento familiar, assim os mesmo vem a necessidade de cada gasto, ajuda a estruturar a família financeiramente, pois os pais são espelho para os filhos (EKER, 2006).

A Família deve levar o planejamento familiar a sério, tudo está baseado nele, ele deve seguir à risca para que os objetivos e metas sejam realmente alcançados no período programado para que não haja frustração (EWALD, 2004).

É de extrema importância que o casal esteja em sintonia, os dois devem seguir o mesmo pensamento para que os filhos também possam acompanhar a mentalidade e seguir juntos para mesmo caminho.

Os problemas financeiros familiares decorrem de decisões ou escolhas ruins. Os erros financeiros são verdadeiras armadilhas. Caímos facilmente nelas por pura ingenuidade; depois, vivemos um verdadeiro pesadelo que pode durar meses ou anos. Na maioria das vezes, orçamento, planejamento financeiro, dinheiro ou controle de gastos não fazem parte das conversas dos casais (CERBASSI, 2004, p. 34).

Hill (2009) enfatiza que o planejamento orçamentário familiar deve envolver todos os membros da família, independente de faixa etária. Temos que discutir em conjunto o assunto, para que conseguimos o quanto antes nossos objetivos, o bem-estar da família deve estar em primeiro lugar. Os pais precisam introduzir os filhos nos assuntos financeiros da família. Assim as crianças passam a entender o impacto de seus desejos no bem-estar da família e gradativamente tornam-se adultos financeiramente conscientes e

Conforme caderno de Educação financeira do Banco central do Brasil (2013, p. 23) “para envolver na família, é importante levar em consideração que as pessoas são diferentes umas das outras e, portanto, os diferentes membros da família

costumam apresentar comportamentos financeiros distintos”. Algumas pessoas têm uma tendência natural para poupar, enquanto outras preferem consumir de imediato. Algumas se preocupam com o controle de seus gastos; outras são desatentas, desligadas ou desorganizadas. Algumas se concentram na realidade, buscando entendê-la de modo racional, ao passo que outras tendem a enxergar o mundo por uma ótica sonhadora.

Heath (1996) mostra que consumidores sempre organizam o orçamento em categorias de despesas (alimentação, habitação, lazer, entre outras) e controlam suas despesas do dia a dia. Alguns consumos surgem somente após a demarcação do orçamento, que pode, algumas vezes, subestimar os recursos necessários para determinada categoria.

Portanto em função disso, as pessoas controlam as despesas de cada categoria e, quando despesas em determinada classe excedem o orçamento, ou ficam abaixo do previsto, elas buscam não transferir dinheiro entre categorias, para não mudar o orçamento original (HEATH, 1996).

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é aplicada e quanto ao seu objetivo metodológico a pesquisa é exploratória e também explicativa, isso por verificar como o município de Palmas – TO encontrasse na média nacional do PBF.

O Programa do Bolsa Família, especificamente na cidade de Palmas, foi o objeto da pesquisa e para averiguar o seu uso a pesquisa foi dividida em duas partes.

A coleta de dados desta pesquisa baseou-se, primeiramente, em pesquisa bibliográfica e documental, a bibliográfica investigou sobre a instituição do PBF, as condicionalidades, com foco na legislação, para o desenvolvimento da fundamentação teórica. Para fazer uso eficaz desse tipo de método, foram definidas as obras que mais se encaixam com a temática, como artigos, cartilhas, documentos do CRAS e do MDS.

A segunda parte foi a coleta de dados utilizando a técnica de análise documental de dados, foram analisados os Relatórios Bolsa Família e do Cadastro Único, de Palmas – TO, no período de um ano, sendo de agosto de 2016 a julho de 2017, esses relatórios foram obtidos no site do Ministério do Desenvolvimento Social (mds.gov.br), no qual se encontram a disposição de qualquer pessoa.

A análise ocorreu entre os dias 10 e 20 de agosto de 2017. Esta etapa da pesquisa teve como universo todos beneficiários do Programa e Pessoas cadastradas no Cadunico no período. E com base nos relatórios foram analisados os seguintes dados:

- Quantidade de famílias beneficiadas;
- Renda das famílias;
- Grupos populacionais cadastrados;
- Cumprimento das condicionalidades;
- Número de acompanhamento;
- Efeitos negativos para o não cumprimento das condicionalidades;
- Quantidade de famílias convocadas para atualizar o cadastro;
- Valor repassado às famílias por mês.

A partir da análise desses dados foi possível identificar a desenvoltura do município de Palmas – TO e traçar o perfil dos beneficiários com base nos dados coletados dos relatórios.

A coleta de dados foi solicitada por meio de ofício (vide anexo I) ao secretário de desenvolvimento social, que de forma rápida deu retorno para realização da pesquisa, em seguida foi feito contato com uma servidora da vigilância sócio assistencial, contato que foi feito via telefone e visitas para coletar os dados relacionados ao perfil socioeconômico dos beneficiários.

Entretanto foi difícil coletar os dados, já que a servidora responsável por disponibilizar as informações estava receosa em fazê-lo, isso porque vários dados contidos na documentação da Secretaria, não eram corretos e teriam que passar por ajustes, tanto que foi sugerido que a coleta se realizasse junto ao site do MDS, por serem informações mais precisas, mas por fim nos ajudou a chegar no objetivo da pesquisa.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Programa Bolsa Família, como já afirmado anteriormente, atende milhões de famílias em todos municípios brasileiros para municípios, os beneficiários são definidos e atendidos pelo Cadastro Único. Com disponibilização de relatórios por município do Ministério do Desenvolvimento Social, é possível identificar o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa.

Os resultados da pesquisa serão apresentados adiante em quadros e tabelas, fazendo menção aos dados coletados junto ao relatório do MDS quanto a cidade de Palmas - TO, especificando: quantidade de famílias beneficiárias, valor recebido pelo município e as condicionalidades das famílias, como: renda, faixa etária, escolaridade, entre outros.

6.1 RI Bolsa Família e Cadastro Único Palmas/TO

Os dados utilizados nesta pesquisa correspondem ao período atual do Cadastro Único em Palmas – TO e foi extraído Relatório de Informações, elaborado pelo MDS, com base nas informações repassadas pelo município.

Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias baixa renda. Em Palmas - TO, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em julho de 2017 era de 39.192, distribuídas em vários grupos de renda per capita, conforme demonstrado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Renda per capita familiar

	Quantidade
Renda per capita familiar de até R\$ 85,00	7.595
Renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00	7.450
Renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo	13.665
Renda per capita acima de meio salário mínimo	10.482
TOTAL	39.192

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

No total são 108.412 pessoas cadastradas, esses números são referentes ao mês de julho de 2017, na tabela 2 é possível visualizar que grupo que mais tem pessoas cadastrada é o de pessoas em família com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo.

Tabela 2 – Quantitativo de pessoa por Renda per capita familiar

	Quantidade
Pessoas cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 85,00	24.928
Pessoas cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e 170,00	26.211
Pessoas cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 170,01 e ½ salário mínimo	39.734
Pessoas cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	17.539
TOTAL	108.412

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

Através do Cadastro Único também é possível saber a quais benefícios o cidadão recebendo, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Benefícios

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	11.429
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R\$)	1.709.822,00
Quantitativo por Tipo de Benefícios	
Benefício Básico	7.116
Benefícios Variáveis	20.760
Benefício Variável Jovem - BVJ	2.290
Benefício Variável Nutriz - BVN	424
Benefício Variável Gestante - BVG	518
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	2.032

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

Os grupos populacionais, tradicionais e específicos, que podem ser visualizados na tabela 4, fazem referência há um indicador interessante, pois, por fazer menção aos grupos cadastrados, deixa explícito que a maioria das famílias inseridas no Cadastro Único residem na zona urbana.

Tabela 4 – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Grupos de Origem Étnica	
Famílias quilombolas cadastradas	22
Famílias indígenas cadastradas	11
Grupos relacionados ao meio ambiente	
Famílias extrativistas cadastradas	3
Famílias de pescadores artesanais cadastradas	6
Grupos relacionados ao meio Rural	
Famílias de agricultores familiares cadastradas	20
Famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	65
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	1

Famílias acampadas cadastradas	16
--------------------------------	----

Grupos em situações conjunturais

Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	2
Famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	10
Famílias em situação de rua cadastradas	18
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas	24

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

As condicionalidades não são apenas do PBF, o Cadunico também as têm e a tabela 5 mostra a quantidade dos beneficiários que vem sendo acompanhada pelo Cadunico.

Tabela 5 – Condicionalidades

Beneficiários acompanhados pela educação (6 a 15 anos)	12.765
Beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos)	1.940
Beneficiários acompanhados com frequência abaixo da exigida (6 a 15 anos- 85%)	191
Beneficiários com frequência abaixo da exigida (16 a 17 anos - 75%)	53
Beneficiários sem informação de frequência escolar (6 a 15 anos)	348
Beneficiários sem informação de frequência escolar (16 a 17 anos)	78
Famílias acompanhadas pela saúde	6.190
Gestantes acompanhadas	480
Gestantes com pré-natal em dia	480
Crianças acompanhadas	4.292
Crianças com vacinação em dia	4.292
Crianças com dados nutricionais	4.182
Famílias não acompanhadas pela saúde	3.498

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

O não cumprimento das condicionalidades trazem efeitos negativos, como advertências, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício, e muitas famílias cadastradas estão sob esses efeitos (vide tabela 6).

Tabela 6 – Efeitos por descumprimento de condicionalidades

Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)	257
Total de advertências	202
Total de bloqueios	45
Total de suspensões	-
Total de cancelamentos	0

Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)	26
Total de advertências	20
Total de bloqueios	3
Total de suspensões	3
Total de cancelamentos	0
Acompanhamento Familiar	
Total de famílias em fase de suspensão	94
Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON)	1
Total de municípios que utilizam o acompanhamento familiar do Sistema de Condicionalidades (SICON)	-

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

6.2 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Aspectos gerais

Os dados utilizados nesta pesquisa correspondem ao período atual do PBF em Palmas – TO e foram extraídos Relatório Bolsa Família, elaborado pelo MDS, com base nas informações repassadas pelo município.

Atualmente, na cidade de Palmas moram 228.332 pessoas e aproximadamente 12,05% delas são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, na tabela 1 é possível ver a quantidade total famílias beneficiadas sendo contraposta à quantidade habitantes e às famílias do Cadunico.

Tabela 7 – Quantidade de famílias beneficiadas

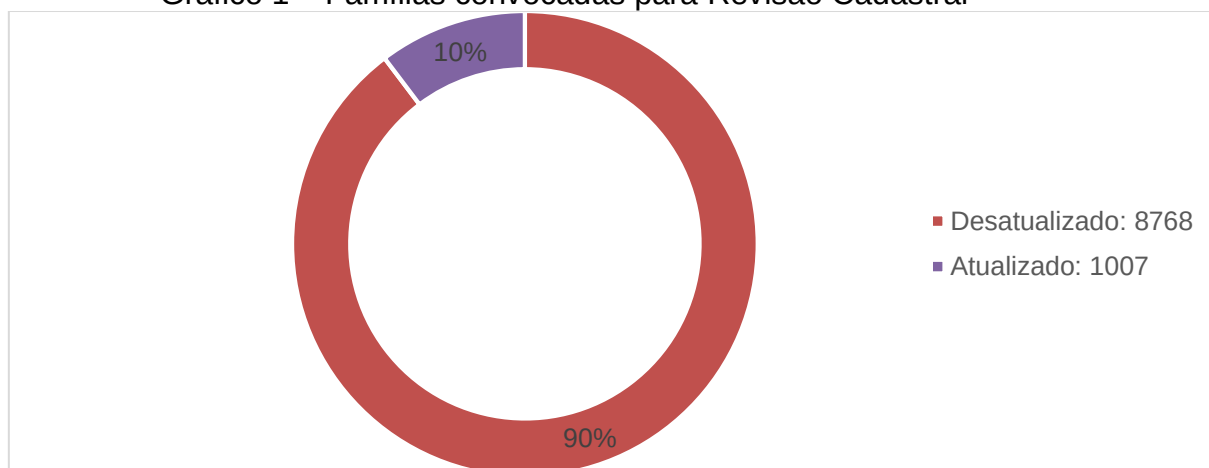
	Quantidade
População geral (habitante)	228.332
Família CadUnico	39.192
Famílias PBF	9.775

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

A tabela 1 permite notar que apenas 25% das famílias que estão no CadUnico são beneficiárias do PBF, porém o Relatório do Bolsa Família afirma que dar suporte a 94,77% das famílias palmenses que estão em situação de pobreza, evitando assim que muitas delas se encaixem no perfil de pobreza extrema, “[...] o município está próximo da meta de atendimento do programa” afirma o MDS (2017, p. 1). Várias ações podem colaborar para o alcance da meta e a principal delas é a manutenção da atualização do cadastro dos beneficiários, para que as famílias não tenham o benefício interrompido.

O Relatório apresenta que existem cadastros desatualizados a mais de 24 meses, o gráfico 1 apresenta o percentual de famílias em Palmas que se encontravam ou se encontram nesta situação em 2017.

Gráfico 1 – Famílias convocadas para Revisão Cadastral



Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

Das 8.768 famílias convocadas, 6.394 ainda não atualizaram o cadastro, ou seja, 65,41% das famílias do PBF podem perder o benefício. Um número grande que causa impacto não só para as famílias, mas para toda a economia municipal, isso porque “a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78” (MDS, 2017, p. 1).

Nos últimos doze meses, conforme apresenta a tabela 2 seguir, foram repassados ao município de Palmas através do PBF R\$ 20.167.052,00 (vinte milhões, cento e sessenta e sete mil e cinquenta e dois reais), distribuídos entre às famílias beneficiadas.

Tabela 8 – Valor repassado às famílias por mês

Mês	Qtd famílias	Valor
Julho de 2017	9.775	R\$ 1.499.954,00
Junho de 2017	10.694	R\$ 1.626.372,00
Maio de 2017	10.828	R\$ 1.645.273,00
Abril de 2017	11.002	R\$ 1.651.258,00
Março de 2017	11.303	R\$ 1.682.674,00
Fevereiro de 2017	11.355	R\$ 1.708.002,00
Janeiro de 2017	10.987	R\$ 1.630.556,00
Dezembro de 2016	11.467	R\$ 1.726.149,00
Novembro de 2016	10.983	R\$ 1.734.458,00
Outubro de 2016	11.332	R\$ 1.763.555,00
Setembro de 2016	11.409	R\$ 1.772.747,00
Agosto de 2016	10.947	R\$ 1.726.054,00

	VALOR TOTAL	R\$ 20.167.052,00
--	--------------------	--------------------------

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

De acordo com os dados apresentados, desde fevereiro deste ano o quantitativo de famílias beneficiadas pelo Programa tem diminuído consideravelmente, assim como o montante recebido, este fato pode se dar por três motivos: as famílias não atenderem mais os critérios socioeconômicos do PBF; cadastro desatualizado levando ao seu cancelamento; divergência de informações com outros programas do governo federal. Em geral “as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 149,60” (MDS, 2017).

6.3 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Condicionalidades

As condicionalidades dizem respeito ao compromisso entre a família beneficiária e o poder público, em que a família deve garantir as crianças e adolescentes acesso à educação e à saúde.

No critério do acesso à educação a comprovação vem com o acompanhamento da frequência escolar, crianças de 6 a 15 anos devem ter a frequência mensal mínima de 85% e os jovens de 16 e 17 anos de 75%.

“A média nacional é de 91,07% de acompanhamento na educação”, os dados do município de Palmas são apresentados na tabela 3, em que é possível notar um número superior que a média nacional, explicitando que o acompanhamento da frequência escolar tem ocorrido de forma satisfatória.

Tabela 9 – Acompanhamento de frequência escolar

	Quantitativo	
Crianças e adolescentes acompanhados	14.705	97,18%
Crianças e adolescentes não acompanhados	426	2,82%
TOTAL	15.131	100%

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

O fato de o acompanhamento ser considerado *muito bom* em Palmas não isenta o município de estar otimizando o modo de procurar identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com cadastro desatualizado.

No critério da Saúde a obrigação de acompanhamento se faz necessária para as famílias que têm crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes, quanto a

vacinação e ao pré-natal. Na tabela 4 é possível constatar que Palmas tem tido um acompanhamento baixo em relação a saúde.

Tabela 10 – Acompanhamento da área da saúde

	Quantitativo	
Crianças e adolescentes acompanhados	6.190	60,07%
Crianças e adolescentes não acompanhados	4.114	39,30%
TOTAL	10.304	100%

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

A média nacional de acompanhamento na saúde é de 72,76%, dessa forma, Palmas se encontra abaixo da média, necessitando adotar medidas que viabilizem maior comunicação entre a gestão municipal e a gestão do PBF no município, para promoverem ações de forma integrada.

O PBF também permite o acompanhamento, através da Assistência Social, das famílias que descumprem as condicionalidades do Programa, que ficam sobre o risco de sofrerem efeitos gradativos, que pode chegar até ao cancelamento do benefício.

Tabela 11 – Acompanhamento das famílias que descumprem as condicionalidades

	Quantitativo
Famílias em fase de suspensão	94
Famílias com registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidade do PBF	18,37

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

O descumprimento das condicionalidades são indicadores de possíveis vulnerabilidades que a família possa estar passando, pois não estão indo de encontro seus direitos sociais básicos.

6.4 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Gestão de cadastros

Palmas – TO, assim como todos os outros municípios brasileiros, já trabalha o PBF com Cadastro Único que é “o sistema que registra as informações sobre cada família”, é utilizado para vários programas sociais do governo federal, tanto para seleção de beneficiários, quanto para concessão de benefícios. A tabela 6, a seguir, apresenta o status do cadastramento em Palmas.

Tabela 12 – Cadastro Único Palmas - TO

	Quantitativo
Famílias inseridas no Cadastro Único	39.192
Famílias com cadastro atualizado nos últimos dois anos	29.978

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

Pelo Cadastro Único é possível ver qual a renda de cada uma das famílias cadastrada. A renda que faz referência a Palmas está disposta no quadro 7.

Tabela 13 – Renda familiar - TO

	Quantitativo
Famílias com renda até ½ salário mínimo	28.406
Famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado	22.092

Fonte: Adaptado de Relatórios do MDS.

No município de Palmas - TO a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) atende 77,8% famílias, superior à média nacional que é de 73,16%, mostrando que o foco nas escolhas dos beneficiários tem sido notado.

6.5 Análise do Relatório Bolsa Família Palmas/TO – Índice Gestão Descentralizada

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) mede as taxas de condicionalidades dos municípios, o índice varia de 0 a 1. Os recursos recebidos em Palmas e o “saldo em conta corrente mostra que o município está com uma execução muito baixa dos recursos transferidos pelo IGD-M no último ano”. É importante estudar a razão do município estar com uma taxa baixa.

Com base em todos os dados extraídos do Relatório Bolsa Família, fica evidente que as famílias devem estar atentas aos prazos estabelecidos pelo PBF, de modo a não perder o benefício.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família tem beneficiado milhões de pessoas no Brasil, que estão em situação de vulnerabilidade, permitindo que várias famílias não caíssem na extrema pobreza.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou fazer uma análise sobre o Programa Bolsa Família (PBF) na cidade de Palmas - TO. Com intuito de traçar o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e conhecer como as famílias beneficiárias administram a renda advinda do benefício Bolsa Família, considerando as condicionalidades impostas pelo o programa.

Para se cumprir o objetivo acima descrito, foram apresentadas as condicionalidades a que as famílias estão expostas, o alcance foi possível através da mensuração e análise dos dados expostos na sessão anterior, que mostram como as famílias palmenses têm respondido ao PBF.

A partir de então, foi possível averiguar como a cidade de Palmas se encontra em frente aos padrões nacionais do PBF. A pesquisa foi realizada em duas etapas e concluiu que o município de Palmas está dentro da média nacional e em muitos quesitos superior à média.

As recomendações propostas dizem respeito à disponibilização de mais dados dos beneficiários, uma vez que não foi possível traçar os perfis dos mesmos por falta de banco de dados.

As informações também são de difícil acesso na Secretaria de Desenvolvimento Social, por estarem desatualizadas, sugere-se então que exista atualização cadastral das famílias beneficiárias. Faz-se necessário desenvolver medidas para que as diversas famílias que estão há mais de dois anos sem atualizar o cadastro o façam.

Percebe-se que o programa não disponibiliza critérios de como as famílias devem administrar essa renda, a única contrapartida do programa é que os participantes do Programa Bolsa Família cumpram os compromissos nas áreas de saúde e educação. Cabe a elas destinarem que fim dar a essa renda advinda do programa.

A sugestão de trabalho futuro na mesma linha deste é referente a parte prática, com pesquisas aplicadas aos beneficiários, para identificar as práticas comuns dos mesmos, assim como a influência que PBF tem sobre a sua família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família.**

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **RI Bolsa Família e Cadastro Único Palmas TO.** Disponível em:

<[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **Portal Brasil.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CARDOSO. JACCOUD. **Políticas sócias no Brasil:** organização, abrangência e tensões da ação estatal.

COHN, Amélia. **Políticas Sociais e pobreza no Brasil.** São Paulo, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista:** as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

FARIA, Carlos. **A política da avaliação de políticas públicas.** 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **"Técnicas de pesquisa."** São Paulo: Atlas 7ª ed. 2015

MEDEIROS, Marcelo. BRITTO, Tatiana. SOARES, Fábio. **Transferência de renda no Brasil.** Novos estud. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, pp.5-21. ISSN 0101-3300.

OCDE/OECD – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. Paris, 2005.

PAESE, Regina. AGUIAR, Ane. **Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil.** 6ª edição. Campo Mourão, 2012.

PERETTI, Luis Carlos. **Educação financeira na escola e na família.** 2 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

POTYARA A. P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais/ Potyara A. P. Pereira-2. ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, Marília. SCHABBACH, Leticia. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas:** conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

Site da caixa Disponível no site: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acessado dia 07/01/2017

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** na revisão da literatura sociológicas. 16ª Edição. Porto Alegre, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil**: avanços e retrocessos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVIII, n.º 53, março de 1997, p. 67-73.

ANEXOS

Anexo I – Ofício

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

Ofício n.º 1/2017 - CPE/DPI/PRODI/REI/IFTO

Palmas, 26 de julho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
José Geraldo de Melo Oliveira
Secretário de Desenvolvimento Social
Secretaria de Desenvolvimento Social
502 Sul, Av. NS-02, Conj. 1, Ed. Buritis 2º Andar
CEP: 77.021-658 Palmas-TO

Assunto: Solicitação de informações para fins acadêmicos

Senhor Secretário,

1. O Instituto Federal do Tocantins é uma instituição de ensino pública que oferta de cursos nos ensino médio e superior, além de pós-graduações lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Entre essas ofertas o curso superior em Gestão Pública visa formar profissionais capacitados a gerir organizações públicas de forma efetiva. Muitas pesquisas acadêmicas tem sido realizadas nesse curso com objetivo de compreender melhor o funcionamento de diversas políticas públicas.
2. Nesse contexto, as alunas FLAVIA LORAYNE SANTOS e LUANNA KELLEN COSTA SILVA DE CASTRO estão desenvolvendo uma pesquisa acadêmica intitulada ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA TRANSFERIDOS AOS INDIVÍDUOS BENEFICIÁRIOS que tem por objetivo diagnosticar como as famílias do Bairro Aurenly III de Palmas – TO estão administrando a renda obtida por meio do benefício do Programa Bolsa Família (PBF).
3. Nessa fase da pesquisa as alunas supracitadas necessitam de informações socioeconômicas dos beneficiários que podem ser coletadas nos diversos documentos que essa secretaria dispõem, tais como atas, formulários, anuários entre outras fontes de dados secundários.
4. Considerando a finalidade do estudo e sua contribuição para a academia.
5. Considerando que os dados pessoais, dos beneficiários (caso haja) serão censurados.
6. Considerando a Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.
7. Solicito que as acadêmicas possam ter acesso aos dados necessários para atingir o objetivo da pesquisa.

Respeitosamente,

Carine de Oliveira Nunes
Professora orientadora